

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME**

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MDS Nº 3/2023.**

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME E O GRUPO MATEUS S.A., VISANDO A INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DE FAMÍLIAS DO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL.

PROCESSO Nº: 71000.033369/2023-41.

A **UNIÃO**, representada pelo **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.526.783/0001-65, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco A, Brasília/DF, doravante denominado MDS, neste ato representada por seu Ministro de Estado, Sr. **JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS**, brasileiro, portador do CPF nº xxx.556.633-xx, e o **GRUPO MATEUS S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de São Luís/MA, na Avenida Daniel de La Touche, 73, Loja 03, Cohama, CEP 65074-115, inscrita no CNPJ sob o nº 24.990.777/0001-09, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCEMA, neste ato representada nos termos do seu estatuto social por **JESUÍNO MARTINS BORGES FILHO**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº XX97489XX SSP/MA, com escritório na Avenida Daniel de La Touche, nº 73, Loja 03, bairro Cohama, CEP 65074-115, como Diretor Presidente; já qualificado acima, e o **MATEUS SUPERMERCADOS S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 03.995.515/0013-09, estabelecida na Avenida Daniel de La Touche, nº 73 A, Bairro Cohama, na Cidade de São Luís/MA, CEP: 65.073-780, neste ato aqui representado na forma do seu Contrato Social pelo Sr. **ILSON MATEUS RODRIGUES**, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº XXX.840.133-XX e RG nº 50712934 - SESP MA, residente e domiciliado em São Luís/MA, em conjunto denominados Grupo Mateus, considerando o constante no processo nº 71000.033369/2023-41, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

- 1.1. O presente Acordo de Cooperação tem por objeto o estabelecimento de mecanismos de cooperação entre o MDS e o Grupo Mateus com vistas a promover a inclusão socioeconômica de pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, por meio da oferta de ações de apoio à inserção no trabalho.
- 1.2. A produção e a disseminação de conhecimentos e metodologias resultantes da presente cooperação devem apoiar os objetivos de políticas públicas de interesse do MDS, em especial a inclusão socioeconômica, visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco,

conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho.

1.3.

A celebração deste acordo não implica nenhuma espécie de sociedade, associação, joint venture, relação de parceria ou de representação comercial, solidariedade obrigacional, nem qualquer responsabilidade direta ou indireta, estando preservada a autonomia jurídica e funcional de cada um dos partícipes.

## **2. CLAUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO**

2.1. Para o alcance do objeto pactuado, os Partícipes obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Acordo de Cooperação, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES COMUNS**

- 3.1. A coordenação geral do presente Acordo de Cooperação ficará a cargo da Secretaria de Inclusão Socioeconômica (SISEC), vinculada ao MDS, por meio de seu representante legal, e do representante indicado pelo Grupo Mateus.
- 3.2. Sem prejuízo do disposto no item 3.1, as iniciativas promovidas pelos demais órgãos internos/externos ou relacionados aos Partícipes, tais como: secretarias; institutos; núcleos; grupos; superintendências ou assessorias, segundo suas respectivas atribuições, políticas e prioridades, serão diretamente coordenadas pelo respectivo Partícipe, cientificada a coordenação geral do Acordo de Cooperação.
- 3.3. O acordo possibilitará a cooperação com qualquer órgão da estrutura regimental do MDS e demais instituições federais, em forma de Adesão, conforme suas atribuições, e possibilitará, igualmente, a realização de projetos com as entidades parceiras, na forma estabelecida entre os Partícipes.
- 3.4. Para a execução do Acordo de Cooperação caberá aos Partícipes implementar as seguintes ações comuns, necessárias à consecução do objeto deste instrumento:
- 3.5. Executar o Plano de Trabalho relativo aos objetivos deste Acordo de Cooperação;
- 3.6. Executar as ações objeto deste Acordo de Cooperação, assim como monitorar os resultados;
- 3.7. Designar, no prazo de 30 dias, contados da publicação do presente instrumento, representantes institucionais incumbidos de coordenar, executar e monitorar este Acordo de Cooperação;
- 3.8. Responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio da outra parte, quando da execução deste Acordo de Cooperação;
- 3.9. Analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao atingimento do resultado final;
- 3.10. Cumprir as atribuições próprias conforme definido neste Acordo de Cooperação;
- 3.11. Realizar vistorias em conjunto, quando necessário;
- 3.12. Disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações, mediante custeio próprio;
- 3.13. Permitir o acesso a agentes da administração pública (controle interno e externo) aos documentos relacionados ao acordo, assim como aos elementos de sua execução, ressalvada a observância às condições de confidencialidade e propriedade intelectual inerentes a este Acordo de Cooperação;
- 3.14. Fornecer aos Partícipes as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas;
- 3.15. Tratar os dados pessoais, de acordo com a Lei nº 13.709/2018, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, tendo cada parte do presente Acordo de Cooperação acesso aos dados necessários para o cumprimento de seus objetivos.



#### **4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DE CADA PARTÍCIPE**

4.1. Para a execução deste Acordo de Cooperação caberá a cada Partícipe implementar as ações necessárias à consecução do objeto deste instrumento.

4.1.1. Ao MDS caberá:

4.1.1.1. Apresentar o Acordo de Cooperação às diversas instituições governamentais federais que apresentem interesse no tema desenvolvido, para Adesão;

4.1.1.2. Viabilizar, em conjunto com demais órgãos setoriais de assistência social, e de forma impessoal, acesso de inscritos no CadÚnico aos processos seletivos que serão realizados pelo Grupo Mateus S.A.;

4.1.1.3. Ratificar a lista de selecionados apresentada pela empresa de modo a comprovar que eles estão inscritos no CadÚnico e elegíveis às ações de inclusão socioeconômica;

4.1.1.4. Providenciar a divulgação dos eventos decorrentes deste Acordo de Cooperação.

4.1.2. Ao Grupo Mateus caberá:

4.1.2.1. Apoiar, por meio da realização de processos seletivos, a inserção no mercado de trabalho dos inscritos no Cadastro Único, priorizando jovens negros, mulheres negras, e outros grupos em situação de vulnerabilidade;

4.1.2.2. Promover capacitação de jovens e de microempreendedores por meio de tecnologias sociais desenvolvidas pela empresa;

4.1.2.3. Compartilhar, periodicamente, informações sobre as iniciativas do Grupo Mateus de potencial interesse do MDS;

4.1.2.4. Divulgar o Acordo de Cooperação a fim de fomentar o desenvolvimento de iniciativas similares e/ou franqueamento do formato;

4.1.2.5. Encaminhar os resultados das seleções para o MDS, apenas no que cabe às pessoas inscritas no CadÚnico.

Subcláusula única – Os Partícipes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, apoio para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltarem recursos humanos, materiais e instalações, conforme as exigências do Plano de Trabalho.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

5.1. Este Acordo de Cooperação não prevê transferência de recursos orçamentários - financeiros e tampouco transferência tecnológica entre o MDS e o Grupo Mateus, inexistindo cronograma de desembolso. As despesas eventualmente a serem realizadas ficarão a cargo do MDS e o Grupo Mateus conforme disponibilidade orçamentária anual de cada partícipe e demais disposições do presente Acordo de Cooperação. Os recursos do MDS a serem utilizados serão aqueles destinados ordinariamente às suas atividades, observadas a disponibilidade orçamentária em cada exercício.

5.2. O objeto deste instrumento não envolve a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial dos partícipes.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS HUMANOS**

6.1. Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos Partícipes, em decorrência das atividades inerentes ao presente Acordo de Cooperação, não sofrerão alteração na sua vinculação nem acarretarão quaisquer ônus ao outro partícipe.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO E VIGÊNCIA**

7.1. O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação será de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante a celebração de aditivo.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES**

- 8.1. O presente Acordo de Cooperação poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante termo aditivo, desde que mantido o seu objeto.

## **9. CLÁUSULA NONA – DO ENCERRAMENTO E DENÚNCIA**

- 9.1. O presente Acordo de Cooperação estará encerrado de pleno direito (i) pelo transcurso do seu prazo de duração, salvo quando ocorrer prorrogação em razão de Termo Aditivo; (ii) quando se tornar impossível a consecução de seu objeto; ou (iii) por mútuo consentimento dos Partícipes, sem qualquer compensação.
- 9.2. Poderá, ainda, qualquer dos Partícipes, a qualquer tempo, denunciar o presente Acordo de Cooperação, mediante notificação escrita com protocolo, operando-se os efeitos da denúncia após o decurso do prazo de 30 (trinta) de seu recebimento.
- 9.3. Ocorrendo a denúncia ou encerramento deste Acordo de Cooperação, os Partícipes responderão pelas obrigações já exigíveis, atendendo-se aos princípios contidos nas suas respectivas cláusulas.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO**

- 10.1. A publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial da União (DOU) ficará a cargo do MDS, que deverá providenciá-la até 20 (vinte) dias após a sua celebração.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO**

- 11.1. As controvérsias decorrentes da execução do presente Acordo de Cooperação, que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os Partícipes, deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do órgão ou entidade pública federal, sob a coordenação e supervisão da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF), órgão da Advocacia-Geral da União, para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da parceria. Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo de Cooperação o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária de Brasília.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA AFERIÇÃO DE RESULTADOS**

- 12.1. Os Partícipes deverão aferir os benefícios e alcance do interesse público obtidos em decorrência do ajuste, mediante a elaboração de relatório pelo Grupo Mateus, discriminando as ações empreendidas e os objetivos alcançados, que deverão ser encaminhados ao MDS a cada 3 (três) meses contados da assinatura do presente acordo.



**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

13.1. As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os Partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

E, por estarem justas e acordadas entre os partícipes as condições deste Acordo de Cooperação Técnica, foi o presente assinado eletronicamente pelas partes, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas, para que produza seus efeitos jurídicos e legais em juízo e fora dele.

São Luís/MA, 25 maio de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
**JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS**

Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

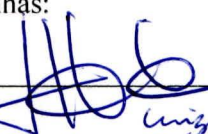
  
\_\_\_\_\_  
**JESUINO MARTINS BORGS FILHO**  
Diretor Presidente do Grupo Mateus

  
\_\_\_\_\_  
**ILSON MATEUS RODRIGUES**  
Diretor Presidente do Mateus Supermercados

Testemunhas:


Nome

CPF

  
Luiz Carlos Gomes  
849.845.548-00

Nome

CPF

  
Celso Raimundo S. e Silva  
659.604.833-00